

A monarquia católica e a América portuguesa no século XVII: trajetórias de senhores de engenho no Brasil filipino

Catholic Monarchy and the Portuguese America in the 17th Century: Trajectories of Mill Owners in Philippine Brazil

Kalina Vanderlei Silva*

Resumo

Procuramos, no presente artigo, apresentar uma releitura de um período clássico mas relegado da historiografia colonialista brasileira, o chamado período filipino. A partir do conceito de Monarquia Católica, da leitura de documentos espanhóis e do estudo de trajetórias de vida de personagens oriundos da elite açucareira, buscamos reconstruir as conexões entre a América açucareira portuguesa e a Corte habsburga.

Palavras-chave

América Portuguesa. Monarquia Católica. Espanha Moderna.

Abstract

We try, in this article, to present a reinterpretation of a classic, but relegated period by the Brazilian colonialist historiography, defined as Philippine Period. From the concept of Catholic Monarchy, the reading of Spanish documents and the studying of the life trajectories of characters born coming from the sugar elite, we try to rebuild the connections between the Portuguese sugar America and the Habsburg Court.

Keywords

Portuguese America. Catholic monarchy. Spain Modern.

* Professora da Universidade de Pernambuco, Recife-PE. Doutora em História pela UFPE. Contato: kalinavan@uol.com.br. Pesquisa financiada pela FACEPE. Autora de *Nas Solidões Vastas e Assustadoras* (Recife, CEPE, 2010); *Dicionário de Conceitos Históricos* (São Paulo, Contexto, 2005); *O Miserável Soldo & A Boa Ordem da Sociedade Colonial* (Recife, FCCR, 2001).

A Monarquia Católica e a América açucareira portuguesa

Na primeira metade do século XVII os territórios subordinados aos reis Habsburgo de Espanha, que incluíam os domínios ultramarinos portugueses, compunham o que então se conhecia como Monarquia Universal. Tal noção ia além da simples definição territorial, estando muito mais relacionada à vassalagem ao soberano Habsburgo espanhol, e atualmente assume, para historiadores como Serge Gruzinski, toda uma nova dimensão interpretativa: de fato, para Gruzinski, a Monarquia Católica ou Universal teria sido o cenário não apenas da primeira economia-mundo, mas também das primeiras estruturas burocráticas a operarem em escala planetária, e de redes sociais e culturais sustentadas pela interação de tradições culturais ibéricas com outras oriundas dos mais distantes recantos¹.

Para ele, a Monarquia Católica se torna um importante objeto de investigação histórica tanto por sua abrangência territorial, que alcançava vários continentes, quanto pelas conexões, trânsitos e interações sociais, políticas e culturais que ela permitia e mesmo facilitava nesses territórios². E foi observando esses domínios a partir de uma abordagem metodologicamente definida como *Connected History*, e intensamente influenciada pela obra de Sanjay Subrahmanyam, que o historiador francês encontrou, nos amplos espaços controlados pelos Habsburgo de Espanha no século XVII, o perfeito laboratório para inquirir e refletir sobre as diferentes conexões entre as quatro partes do mundo na Idade Moderna, para muito além da simples consideração de uma imposição europeia sobre Ásia, África e Américas³.

Ao mesmo tempo em que a obra de Gruzinski ia trazendo a público esse mundo conectado do século XVII, nossas investigações sobre as estruturas e grupos sociais que construíam a sociedade açucareira da América portuguesa no século XVII, principalmente a partir da observação da inserção dos grupos livres em uma estrutura militar que se entrelaçava com a estrutura social, iam descortinando uma lacuna no conhecimento historiográfico brasileiro acerca do chamado *período filipino* da colonização da América portuguesa⁴. De fato, na medida

¹ GRUZINSKI, Serge. O Historiador, o Macaco e a Centaureia: a História Cultural no Novo Milênio. *Estudos Avançados*, 17 (49), 2003, p. 324-325.

² GRUZINSKI, Serge. Os Mundos Misturados da Monarquia Católica e outras *Connected Histories, Topoi*, Rio de Janeiro, mar. 2001, pp. 175-195. P.179-180.

³ Ver principalmente GRUZINSKI, Serge. *Las Cuatro Partes del Mundo: Historia de una Mundialización*. México: FCE, 2010.

⁴ Cf. SILVA, Kalina Vanderlei. Festa e memória da elite açucareira no século XVII: a Ação de Graças pela Restauração da Capitania de Pernambuco contra os holandeses. In:

em que nos aprofundávamos na investigação da sociedade açucareira colonial das capitâneas do norte do Estado do Brasil, tornava-se cada vez mais claro o quanto o reinado dos Habsburgo e as políticas filipinas para a região haviam sido relegadas a segundo plano pelos estudiosos do período, mais preocupados com a dominação holandesa. Mas também se tornava claro o quanto tal período havia sido fundamental para a conformação das estruturas sociais e políticas daquelas capitâneas, e o quanto essas se estenderiam muito após a restauração portuguesa e a reconquista em Pernambuco⁵.

Por sua vez, uma nova geração de historiadores foi surgindo, nas primeiras décadas do século XXI, interessada em analisar diferentes regiões coloniais baixo o período filipino, e oferecendo subsídios para um novo desenho da América portuguesa habsburga⁶. Uma geração intensamente influenciada por historiadores portugueses e espanhóis que há anos vem estudando a cultura política na União Dinástica: desde Joaquim Veríssimo Serrão, com sua rica compilação documental, até os novos olhares sobre a incorporação de Portugal na Monarquia Hispânica fornecidos pelos estudos de António Manuel Hespanha, Mafalda Soares da Cunha, Diogo Ramada Curto e Fernando Dores Costa; além dos espanhóis Fernando Bouza Álvarez e Rafael Valladares, cujos estudos sobre Portugal no Tempo dos Felipes e sobre a intendência de Portugal, respectivamente, são obrigatórios para o período, e mais recentemente Felix Labrador Arroyo⁷.

OLIVEIRA, Carla Mary S.; MENEZES, Mozart Vergetti de; GONÇALVES, Regina Célia. (Org.). Ensaio sobre a América Portuguesa. João Pessoa: Editora Universitária - UFPB, 2009.

- ⁵ Tivemos a oportunidade de discutir essas estruturas em SILVA, Kalina Vanderlei. *Nas Solidões Vastas e Assustadoras: A conquista do sertão de Pernambuco pelas vilas açucareiras nos séculos XVII e XVIII*, Recife: CEPE, 2010;
- ⁶ Cf. BONCIANI, Rodrigo F. A política ultramarina de Filipe III no Brasil e em Angola: o governo do gentio e o comércio de escravos (1607-1621). In: Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto. (Org.). *Trabalho forçado africano - articulações com o poder político*. Porto: Campo das Letras, 2007, p. 83-99; CARDOSO, Alírio. A Conquista do Maranhão e as disputas atlânticas na geopolítica da União Ibérica (1596-1626). *Revista Brasileira de História (Impresso)*, v. 31, p. 317-338, 2011; VILARDAGA, J. C. Manhas e redes: Francisco de Souza e a governança em São Paulo de Piratininga em tempos de União Ibérica. *Anais de História de Além-Mar*, v. XI, p. 103-144, 2011.
- ⁷ As historiografias portuguesa e espanhola são ricas em discussões sobre diversos aspectos da inclusão de Portugal na Monarquia Católica. Desse rol destacamos aqui apenas alguns dos autores de maior impacto sobre os estudos referentes ao Brasil nesse cenário: SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *História de Portugal. Governo dos Reis Espanhóis (1580-1640)*, Lisboa: Verbo, 1979; SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *O tempo dos Felipes em Portugal e no Brasil (1580-1668)*. Lisboa: Colibri, 1994; CUNHA, Mafalda Soares da. *A Casa de Bragança 1560-1640. Práticas senhoriais e redes clientelares*, Lisboa: Estampa, 2000; CURTO, Diogo Ramada. *O discurso político em Portugal (1600-1650)*, Lisboa: Centro de Estudos de História da Cultura Portuguesa/Projecto Universidade Aberta, 1988; CURTO, Diogo Ramada. *A Cultura Política no Tempo dos Filipes (1580-1640)*,

Assim, a associação entre as reflexões de Gruzinski sobre a Monarquia Católica, a leitura dos historiadores dedicados ao período filipino, e a inquietação com as muitas lacunas sobre esse período relativas às capitanias do norte do Estado do Brasil e sua sociedade açucareira, foi o que nos impulsionou a pesquisar os arquivos espanhóis em busca de registros, pistas e vestígios que permitissem a reconstrução das estruturas da América açucareira portuguesa, sob o reinado dos Habsburgo. Essa América açucareira definida em um espaço que abrangia a área canavieira das capitanias do norte do Estado do Brasil no século XVII, é classicamente observada pela historiografia a partir de seus engenhos e canaviais, mas recentemente vem recebendo cada vez mais atenção também pela complexidade de suas estruturas urbanas⁸.

No entanto, durante o governo dos Habsburgo essa região vivenciara uma intensa expansão e dinamização, deixando inclusive uma vasta trilha documental, além de cronistas, esses bastante familiares aos colonialistas. Além disso, foi durante esse dito “*período filipino*” que o processo de conquista da Paraíba e do Maranhão recebeu um forte impulso, sendo por fim levado a cabo graças ao recurso de tropas e oficiais espanhóis. A política de fundação de cidades também se fez sentir no mundo açucareiro, assim como a consolidação da administração colonial, com o fortalecimento de um governo central, com a fundação do Tribunal da Relação, sem falar das primeiras visitações inquisitoriais na região. Por outro lado, a própria invasão da companhia de comércio holandesa na Bahia e Pernambuco transformou essas capitanias em periferias que ganharam uma nova

Lisboa: Edições 70, 2011; COSTA, Fernando Dores. *A Guerra da Restauração. 1641-1668*, Lisboa: Livros Horizonte, 2004; HESPANHA, António Manuel. *Vésperas do Leviathan*. Instituições e Poder Político. Portugal séc. XVII, Trad. Coimbra, Almedina, 1994; BOUZA, Fernando. *Portugal no tempo dos Filipes. Política, Cultura, Representações (1580-1668)*, Trad, Lisboa: Cosmos, 2000; VALLADARES, Rafael. *Portugal na Monarquia Hispânica (1580-1668)*, Madrid: Arco Libros, 2000; VALLADARES, Rafael. *A independência de Portugal. Guerra e Restauração 1640-1680*, Trad, Lisboa: A esfera dos livros, 2006; LABRADOR ARROYO, Felix. *La Casa Real en Portugal (1580-1621)*, Madrid: Ed. Polifemo, 2009.

⁸ Entre os melhores exemplos da historiografia clássica para a caracterização básica da América açucareira portuguesa está SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos Internos – Engenhos e Escravos na Sociedade Colonial, 1550-1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. E para a nova historiografia que vem se debruçando sobre os núcleos urbanos no mundo do açúcar ver: SOUZA, G. F. C. de. *Tratos e mofatras: o grupo mercantil do Recife colonial (c. 1654 - c. 1759)*. Recife: Editora Universitária UFPE, 2012; CAETANO, Antonio Filipe Pereira (Org.). *Alagoas Colonial: Construindo Economias, Tecendo Redes de Poder e Fundando Administrações (Séculos XVII-XVIII)*. Recife: Edufpe, 2012; SILVA, Nas Solidões Vastas e Assustadoras: *A conquista do sertão de Pernambuco pelas vilas açucareiras nos séculos XVII e XVIII*. Op. cit; OLIVEIRA; MENEZES; GONÇALVES (Org.). *Ensaio sobre a América portuguesa*. João Pessoa: Editora Universitária/UFPP, 2009; ALMEIDA, Suely Creusa Cordeiro. *O Sexo Devoto: normatização e resistência feminina no Império Português*. Recife: Editora Universitária/UFPE, 2005.

importância perante o rei, não apenas levando a que se redobrassem os esforços oficiais para garantir a posse da região, o que aumentou o trânsito de homens entre os reinos espanhóis e a América portuguesa, mas também garantindo que, com a eventual vitória das forças dos Habsburgo na Bahia em 1625, a América açucareira passasse a ser celebrada por toda a corte, ainda que por pouco tempo, como um importante espaço espanhol⁹.

A complexidade dessas circunstâncias vai surgindo aos poucos e desenhando o esboço de toda uma estrutura sociopolítica que envolvia a América açucareira durante a União Dinástica de Espanha e Portugal. As pistas, postas em uma série ampla de documentos seiscentistas compostos por correspondência administrativa do Conselho de Portugal, falam principalmente da interação da elite açucareira com a Coroa habsburga, mas também com as ordens militares espanholas e a nobreza luso-espanhola; falam de senhores de engenho em trânsito e em constante diálogo com Madri, levantando assim a necessidade de considerarmos a própria conceituação da elite açucareira enquanto grupo político dentro do contexto global dos Felipes de Espanha.

Mas a Monarquia Católica está longe de ser um tema novo, e desde *O Mediterrâneo*, de Fernand Braudel, a volumosa historiografia em língua espanhola, inglesa e alemã, além dos próprios estudos portugueses, traz muitos elementos que já sugerem várias possibilidades de inserção das elites açucareiras nesses domínios. Bartolomé Yun Casalilla e José Javier Ruiz Ibañez, por exemplo, vêm se debruçando sobre as redes sociais estabelecidas entre os diferentes recantos do Império dos Habsburgo de Espanha¹⁰, enquanto Antonio Moreno Almárcegui discute o poder de atração que a corte espanhola exercia sobre as elites provinciais, oferecendo, assim, subsídios para a interpretação da presença de vários senhores de engenho em Madri¹¹. Nesse sentido, ao inserirmos nossos

⁹ Cf. CAMENIETZKI, Carlos Ziller; PASTORE, Gianriccardo Grassia. 1625, o Fogo e a Tinta: A Batalha de Salvador nos Relatos de Guerra. *Topoi - Revista de História. Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ*. v 6, n 11, jul/dez 2005. Pp 261-288; TOVAR, Cristóbal Marín. El Cuadro de Batallas de Juan Bautista Maíno *La Recuperación de Bahía* y las Fuentes Literarias del Siglo XVII Como Sugerencia para su Argumento. *Revista del CES Felipe II*, N.º. 7, 2007.

¹⁰ Cf. YUN CASALILLA, Bartolomé. Entre el Imperio Colonial y la Monarquía Compuesta. Élités y Territorios en la Monarquía Hispánica (ss. XVI y XVII). In: CASALILLA, B. Y. (dr.). *Las Redes del Imperio – Élités Sociales en la Articulación de La Monarquía Hispánica, 1492-1714*. Madrid: Marcial Pons, 2009, pp. 11-35, p. 12; e RUIZ IBAÑEZ, José Javier. Servir Segundo a Dignidade: Exílios Políticos e Administração Real na Monarquia Hispánica, 1580-1610. In: MONTEIRO, Rodrigo B.; FEITLER, Bruno; CALAINHO, Daniela; FLORES (orgs.). *Raízes do Privilégio – Mobilidade Social no Mundo Ibérico do Antigo Regime*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. Pp. 105-132.

¹¹ ALMÁRCEGUI, Antonio Moreno. La Población Española 1500-1860. In: FLORISTÁN, Alfredo (coord.). *Historia de España en Edad Moderna*. Madrid: Ariel, 2009. p 43.

personagens nos números da nobreza luso-castelhana no século XVII, precisamos adentrar toda a discussão acerca da situação dessa nobreza perante a corte habsburga. O mesmo vale para a utilização de *práticos* de guerra ibéricos em diversos conflitos da *Guerra dos Trinta Anos*.

Assim, senhores de engenho de Bahia e Pernambuco que aparecem listados entre os “cavaleiros portugueses” na repressão à rebelião da Catalunha, e integrantes de famílias donatárias que receberam títulos da nobreza espanhola, apresentam-se como ângulos de observação privilegiados para a compressão das conexões entre periferias açucareiras e corte espanhola. São personagens como D. Bartolomé de Mendonza, cavaleiro da Ordem de Calatrava e natural de Pernambuco, ou como Jorge Lopes Brandão, senhor de engenho da Paraíba que lutou contra os franceses que invadiram a cidade navarra de Fuenterrabía, durante a Guerra dos Trinta Anos.

Senhores de Engenho na ordem de Calatrava

Por tudo isso, ao tentarmos traçar as conexões entre as capitanias do norte do estado do Brasil e a corte habsburga, desenhando assim as linhas gerais de uma América açucareira filipina, a própria documentação tem nos levado a elaborar uma história das elites cujas pistas documentais parecem falar mais quando são aproximadas a partir de uma abordagem que procure reconstruir as trajetórias de vida dos personagens observados.

Além disso, nossa história é aquela de uma elite específica, a elite açucareira, cujas fileiras no século XVII eram constituídas por senhores de engenho e lavradores de cana-de-açúcar, e que criara uma intensa interação com Madri e os reis espanhóis¹². Esse era o caso da família Mendoza, natural de Pernambuco, e agraciada em Madri com vários hábitos da prestigiada Ordem de Calatrava.

Os indícios sobre a família Mendoza estão colocados em pelo menos dois processos de habilitação para o hábito de cavaleiro da Ordem

¹² Para a definição de elite açucareira, cf., SILVA. Festa e Memória da Elite Açucareira no Século XVII. op. cit. P 09. Além disso, trabalhamos com os estudos de Maria Fernanda Bicalho relativos às elites luso-americanas e seu diálogo com a administração colonial em Lisboa. Cf. BICALHO, Maria Fernanda. *As Câmaras Municipais no Império Português: O Exemplo do Rio de Janeiro*. *Revista Brasileira de História*. vol. 18 n. 36, São Paulo, 1998; BICALHO, Maria Fernanda. *As Câmaras Ultramarinas e o Governo do Império*. in FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). *Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. RIO DE JANEIRO: CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA, 2001. Pp. 189-210.

de Calatrava, datados da década de 1640, e nos quais a família surge como natural de Pernambuco, com vários membros descritos a partir das posições de prestígio ou comando que ocupavam quando naquela capitania, como os cargos da afidalgante mesa regedora da Santa Casa de Misericórdia. Esses processos são referentes a D. Bartolomé de Mendoza e a D. Jerónimo de Mendoza, seu irmão. Além deles, os Mendoza aparecem ainda em outros registros de Calatrava, especificamente atuando como testemunhas em processos de habilitação alheios¹³.

A Ordem de Calatrava era uma das três ordens militares espanholas que estavam sob o senhorio régio no século XVII¹⁴. Fundada em Castela no século XII, fora a primeira a adotar as regras monásticas¹⁵. Mas no século XVII havia perdido em grande parte sua função de milícia, e uma vez que já então integravam o patrimônio real, a concessão de seus hábitos havia se transformado em uma importante moeda de troca usada pela Coroa como pagamento de serviços prestados, e desejada por diferentes grupos sociais ávidos de enobrecimento.

Foi nesse cenário que, em 1645, D. Bartolomé de Mendoza deu início a seu processo de habilitação, apresentando-se como fidalgo natural de Pernambuco e fornecendo informações sobre sua família para estabelecer sua *limpeza de sangue*. A partir desses processos podemos reconstruir muitas conexões da família com Pernambuco e a Corte: seu pai, o Capitão D. Manuel de Mendoza, cavaleiro de Calatrava e fidalgo da Casa Real; sua mãe, D. Maria de Mendoza; os avós paternos, Capitão Antônio de Mendoza e D. Ana de Saraiva, e os maternos, o

¹³ Encontramos dois processos relativos a D. Bartolomé de Mendoza nos arquivos do *Consejo de Ordenes*, no *Archivo Historico Nacional de España*, e um relativo a seu irmão, D. Jerónimo de Mendoza no mesmo arquivo: Mendoza de Mendoza, Bartolomé de. Archivo Histórico Nacional, OM-EXPEDIENTILLOS, N.10316; Mendoza de Mendoza, Bartolomé de. OM-Caballeros_Calatrava, exp. 1618, fecha 1645. Archivo Histórico Nacional de España, Consejo de Ordenes; Mendoza de Mendoza, Jerónimo de. Archivo Histórico Nacional, OM-CABALLEROS_CALATRAVA, Exp.1620 - 2 Recto - Imagen Núm: 3 / 110; e 7/110 Disponível em: <<http://pares.mcu.es>>. Além disso, encontramos referência a D. Bartolomé enquanto testemunha no processo de um certo D. Diego Gutiérrez Barona, datado de 1654. Cf. Valentín DÁVILA JALÓN, Extractos de varios expedientes de nobleza y limpieza de sangre, incoados por caballeros burgaleses en solicitud de ingreso en las Órdenes Militares españolas [09]: Siglos XVI a XVIII, *Bol. Com. Prov. Monum. Inst. Fernán González ciudad Burgos*, Año 27, n.104 (3er trim. 1948), Diputación Provincial de Burgos.

¹⁴ Para os dados sobre os irmãos e irmãs Mendoza em Calatrava, ver o processo de D. Jerónimo de Mendoza. Mendoza de Mendoza, Jerónimo de. Archivo Histórico Nacional, OM-CABALLEROS_CALATRAVA, Exp.1620 - 2 Recto - Imagen Núm: 3 / 110; e 7/110. Disponível em: <<http://pares.mcu.es>>.

¹⁵ CASTELLANOS, Elena Postigos. 'Las Três Ilustres Ordenes y Religiosas Cavallería' Instituídas por los Reyes de Castilla y León: Santiago, Calatrava y Alcántara, *Studia histórica, Historia Moderna*, 24, 2002, pp. 55-72. P 57.

Mestre de Campo Domingos de Saraiva e D. Francisca de Mendoza; todos apresentados como naturais de Pernambuco. Acerca de seu pai e seus dois avôs, os autos informam terem eles servido como provedores e secretários da Santa Casa de Misericórdia de Pernambuco, enfatizando inclusive a distinção entre nobres e mecânicos existente naquela confraria¹⁶. Além disso, D. Manuel de Mendoza aparece como residente na corte espanhola, possuindo inclusive “casas próprias” nessa cidade¹⁷.

Nas páginas seguintes também são mencionadas as irmãs de D. Bartolomé: D. Serafina, D. Elena, D. Violante e D. Manuela de Mendoza, todas professoras do hábito de Calatrava, no convento Real de Calatrava de Madri¹⁸. E entre os outros parentes estão: quatro tios, Gaspar Mendoza, Domingos de Mendoza, fidalgo da Casa Real, Antonio de Mendoza, provedor da Santa Casa da Paraíba e juiz e provedor na mesma capitania, e D. Bartolomé Saraiva de Herrera, dito ter sido da “inquisición que governó muchos años la jurisdicción eclesiástica en Pernambuco”; um primo, D. Jacinto de Mendoza, cavaleiro da Ordem de Cristo e fidalgo da Casa Real, e um primo avô, Pedro de Mendoza, que fora inquisidor em Lisboa. Ressaltando-se a fidalguia de todos eles, assim como seus serviços prestados à Coroa¹⁹.

Simultaneamente, também tramitava junto ao *Consejo de Ordenes* o processo do irmão de D. Bartolomé, D. Jerônimo de Mendoza, que já havia recebido, em 1642, um certificado do rei que lhe concedia o hábito de outra ordem de cavalaria, a Ordem de Santiago. Este hábito era expressamente condicionado a que ele servisse em um batalhão de cavalaria nas campanhas que então estivessem sendo travadas pela monarquia. Uma exigência ilustrativa do quanto a concessão de hábitos de cavalaria funcionava, no século XVII, como remuneração por serviços militares prestados à Coroa. Pouco depois, todavia, em 1645, o hábito de D. Jerônimo seria transferido para Calatrava. Uma transferência justificada com base na devoção que o cavaleiro teria a São Bento, patrono dessa ordem²⁰. De fato, como seu pai, seus irmãos e irmãs já estavam

¹⁶ Mendoza de Mendoza, Bartolomé de. OM-Caballeros_Calatrava, exp. 1618, fecha 1645. Archivo Histórico Nacional de España, Consejo de Ordenes.

¹⁷ Mendoza de Mendoza, Bartolomé de. Archivo Histórico Nacional, OM-EXPEDIENTILLOS, N.10316. Disponível em: <<http://pares.mcu.es>>.

¹⁸ Mendoza de Mendoza, Bartolomé de. OM-Caballeros_Calatrava, exp. 1618, fecha 1645. Archivo Histórico Nacional de España, Consejo de Ordenes.

¹⁹ Idem.

²⁰ Mendoza de Mendoza, Jerónimo de. Archivo Histórico Nacional, OM-CABALLEROS_CALATRAVA, Exp. 1620 - 2 Recto - Imagen Núm: 3 / 110; e 7/110. Disponível em: <<http://pares.mcu.es>>.

ordenados em Calatrava, fazia sentido que sua devoção, sem falar em seus interesses políticos, lá residisse.

De forma geral, era regra que todos os candidatos a hábitos de ordens de cavalaria passassem por intensas *provanças* na Espanha seiscentista, e segundo o processo de D. Bartolomé essas ‘*pruebas*’ foram seguidas. No entanto, as mesmas exigiam que um representante fosse enviado, pela ordem, à localidade de origem do aplicante, o que não foi feito no processo em questão. Diante dessa incorreção, uma justificativa foi incluída nas diligências, explicando a ausência de uma investigação mais profunda das origens do candidato no Brasil devido às dificuldades de comunicação com aquele território que então estava ocupado pelos inimigos²¹. Assim foi que as inquirições sobre a família Mendoza foram realizadas com recurso apenas a informantes residentes na Corte.

O primeiro desses informantes foi D. Pedro Álvares de Acosta, cavaleiro da Ordem de Cristo e também natural de Pernambuco residente na corte espanhola, que descreveu D. Bartolomé como tendo então “veinte dos años poco más o menos”, cujos pais ele conhecera em Pernambuco e sabia serem *vecinos*, legitimamente casados, filhos também de naturais de Pernambuco, todos bem reputados²². As outras testemunhas em tudo concordaram com as respostas de D. Pedro Acosta. Eram eles Pedro Mendes Sotto; Don Prudensio de Salvaterra; e D. Fernando Pereira Corte Real, cavaleiro de Alcântara, capitão de couraças, fidalgo da Casa Real, apresentado também como governador – apesar de não ficar estabelecido de onde – e natural de Lisboa, mas que havia vivido em Pernambuco mais de trinta anos²³.

Em linhas gerais, o processo afirma e reafirma constantemente um status de nobreza que os Mendoza teriam possuído quando ainda residentes em Pernambuco, sem considerar que tal status não existia legalmente nos territórios da América portuguesa. O que as testemunhas e os inquisidores do processo parecem considerar como fidalguia, na verdade, são as práticas afidalgantes dos senhores de engenho assentados nas câmaras das vilas açucareiras e nas irmandades de elite, que procuravam reproduzir códigos de comportamento cortesãos, visíveis nas festividades públicas por exemplo, ao mesmo tempo que tentavam se

²¹ Mendoza de Mendoza, Bartolomé de. Archivo Histórico Nacional, OM-EXPEDIENTILLOS, N.10316. Disponível em: <<http://pares.mcu.es>>.

²² Mendoza de Mendoza, Bartolomé de. OM-Caballeros_Calatrava, exp. 1618, fecha 1645. Archivo Histórico Nacional de España, Consejo de Ordenes.

²³ Idem.

fazer respeitar como fidalguia, sem no entanto ter qualquer direito legal a esse tipo de tratamento.

Por sua vez, todas as respostas de Acosta se encaixavam perfeitamente nas exigências de idade, linhagem e honorabilidade estabelecidas pelos estatutos de *limpeza de sangue* das ordens militares: a menção de um rol de títulos e cargos ocupados por parentes conhecidos, a afirmação de ser a família cristã-velha; afirmação que ele corroborava descrevendo o próprio ingresso das irmãs de D. Bartolomé no Convento de Monjas de Calatrava, na corte espanhola, além da existência de um seu parente inquisidor, não esquecendo ainda de defender que a família estava *limpa* também de qualquer vínculo com os ofícios mecânicos, vivendo na corte apenas de suas rendas²⁴.

Essas diligências eram extremamente caras e deveriam ser custeadas pelo próprio pretendente. De fato os autos registram que D. Bartolomé foi responsável pelo depósito de, pelo menos, cinquenta ducados em benefício das custas do processo, a serem pagos aos cavaleiros e religiosos que haviam feito as referidas diligências²⁵. Uma quantia considerável que levanta questões sobre a origem dos recursos familiares e a possibilidade da manutenção de seus laços com o mundo colonial e os engenhos na então conflituosa capitania de Pernambuco.

Seja como for, D. Bartolomé foi ordenado, e parece ter sido atuante junto à ordem já que as notícias posteriores a 1645 indicam que ele testemunhou em outros processos de habilitação: caso do de D. Diego Gutiérrez Barona, natural da vila de Castrojeriz, datado de 1654, no qual Mendoza é descrito como *caballero informante* da *limpeza de sangue* de Barona²⁶. Ou seja, uma década após seu ingresso em Calatrava, esse cavaleiro natural de Pernambuco se tornara ele próprio um informante do *Consejo de Ordenes* para a habilitação de outros, assumindo assim um papel importantíssimo, pois eram esses informantes que forneciam as ‘provas’ acerca do caráter, linhagem e serviços prestados pelos suplicantes. Provas usadas pelos conselheiros na tomada de decisão acerca da recomendação ou não da concessão dos títulos²⁷.

²⁴ Mendoza de Mendoza, Bartolomé de. OM-Caballeros_Calatrava, exp. 1618, fecha 1645. Archivo Histórico Nacional de España, Consejo de Ordenes.

²⁵ Idem.

²⁶ DÁVILA JALÓN, Valentín. Extractos de varios expedientes de nobleza y limpieza de sangre, incoados por caballeros burgaleses en solicitud de ingreso en las Órdenes Militares españolas [09]: Siglos XVI a XVIII, *Bol. Com. Prov. Monum. Inst. Fernán Gonzálezciudad Burgos*, Año 27, n.104 (3er trim. 1948), Diputación Provincial de Burgos

²⁷ GONZÁLEZ, *Op. Cit*, p. 290.

Senhores de engenho na Guerra dos Trinta Anos

Os Mendoza estavam longe de serem os únicos naturais de Pernambuco a conseguirem uma boa posição no reino. Da mesma forma que a constante necessidade da Coroa habsburga por *práticos* de guerra impulsionou a aceitação de personagens como D. Jerónimo de Mendoza nas fileiras da cavalaria espanhola, as pressões da Guerra dos Trinta Anos, em sua etapa espanhola, podem ter feito o mesmo pelo senhor de engenho paraibano, Jorge Lopes Brandão.

Sua história está posta em uma série de papéis do Conselho de Portugal em Madri que falam de sua situação na capitania da Paraíba durante a guerra de resistência contra a invasão holandesa, e de sua trajetória na Espanha, lutando contra os franceses em Navarra e contra a rebelião catalã. São esses documentos que informam ser ele proveniente de uma família cujas propriedades americanas remontavam a duzentos mil cruzados, e que teria servido doze anos no Brasil, durante o conflito com as tropas da WIC, alcançando a patente de capitão de infantaria e cavalaria, mas tendo abandonado a capitania após a derrota das forças luso-espanholas na região.

Sua passagem da Paraíba para Navarra pode ser inscrita entre os trânsitos impulsionados pela Monarquia Católica dentro de seu território, como já bem discutido por Yun Casalilla e Moreno Almárcegui²⁸. Sua facilidade de circulação transparece no próprio fato de que, entre as décadas de 1630 e 1640, Brandão esteve envolvido tanto na guerra de resistência da América portuguesa contra os holandeses, quanto na etapa espanhola da *Guerra dos Trinta Anos* e na repressão à revolta da Catalunha. Todos esses foram importantes conflitos, definidores dos rumos políticos do império espanhol nas décadas seguintes. Já as negociações entre centro e periferia se traduzem em sua aceitação nos círculos da fidalguia graças a suas habilidades militares e aos recursos que oferecia às necessidades do rei. Por tudo isso, se seu histórico na Paraíba fala sobre estruturas sociais do mundo do açúcar, seu envolvimento nos conflitos espanhóis aponta para as possibilidades de assimilação das elites regionais das periferias imperiais pela corte dos Habsburgo em um momento onde essa corte se via desafiada por diferentes contendores.

Naquele momento, o cenário da Espanha no século XVII era de crise, já bastante estudada pela historiografia, com crescentes desassossegos políticos internos, atrelados ao escalonamento do envolvimento espanhol em conflitos externos²⁹. A necessidade de aumento das tropas, associada

²⁸ YUN CASALILLA, op. Cit., p. 12; ALMÁRCEGUI, op. cit. p 43.

²⁹ MARAVALL, José Antonio. *A Cultura do Barroco – Análise de Uma Estrutura Histórica*.

à minguate situação dos cofres espanhóis, levou o Conde-Duque Olivares a propor, como resposta, a chamada *União de Armas*: uma estratégia defensiva para todo o território espanhol, desenhada de forma a que cada um dos reinos pertencentes à Coroa dos Filipes contribuísse para com os gastos militares da Monarquia e que visava desafogar as já muito desgastadas finanças de Castela. Uma proposta que não apenas não prosperou como chegou mesmo a se somar aos desentendimentos e rancores que culminariam na independência de Portugal e na revolta da Catalunha em 1640³⁰. E se os reinos da Coroa espanhola terminaram mesmo, em sua maior parte, por contribuir com homens, dinheiro e outros recursos para as guerras da Coroa, não o fizeram sem oferecer muita resistência, principalmente a Catalunha que se negou a enviar recursos e tropas mesmo quando os franceses sitiaram Fuenterrabía em 1638³¹.

E assim os custos maiores com a *Guerra dos Trinta Anos* também em solo espanhol terminaram mesmo por recair sobre Castela³², o que não impediu que a situação política da Coroa perante algumas de suas elites provinciais, principalmente catalães e portugueses, piorasse consideravelmente. Segundo Dominguez Ortíz, enquanto a guerra permaneceu em territórios longínquos e se podia lutar com mercenários, os problemas internos pareceram a todos contornáveis, mas quando os franceses cercaram Fuenterrabía a situação começou a mudar. Apesar disso, nesse cerco as divergentes forças políticas que fragmentavam a Monarquia Católica foram temporariamente amenizadas pela cooperação contra os invasores: isso porque, com as melhores tropas espanholas envolvidas em outros conflitos, Olivares conseguiu uma nova grande mobilização militar interna, arrebanhando soldados de toda parte, desde a guarnição de Granada. Por outro lado, Fuenterrabía inspirou uma mobilização popular espontânea contra a invasão que acudiu o governo por um tempo³³.

São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial, 1997; ELLIOTT, John H Elliott. *La España Imperial 1469-1716*. Madrid: Biblioteca Historia de España, 2006; LYNCH, John (dir). *Historia de España, vol5. Edad Moderna. Crisis y recuperación, 1598-1808*. Madrid: Critica, 2005; PARKER, Geoffrey. *The General Crisis of the Seventeenth Century*. 2ª edição, London and New York: Routledge, 2005.

³⁰ ELLIOTT, op. cit., p. 357-360.

³¹ LYNCH, op. cit, p 100-101.

³² HERNANDEZ FRANCO, Juan; MOLINA PUCHE, Sebastián. El retraimiento militar de la nobleza castellana con motivo de la guerra franco-española (1635-1648). El ejemplo contrapuesto del Reino de Murcia. *Cuadernos de Historia Moderna*, 2004, 29, 111-130, p. 112; VILA LÓPEZ, Margarita. La Aportación Valenciana a la Guerra con Francia (1635-640). *Estudos: Revista de historia moderna*. Universidad de Valencia, 1979, n. 08, pp. 125-142, p. 126.

³³ ORTIZ, A.D. *España, tres Milenios de Historia*. Madrid: Marcial Pons, 2000, p. 168.

Mas apesar dessa “última mobilização”, que incluiu fidalgos de diferentes origens, ilustrando a diversidade regional então corriqueira nos terços da Monarquia Católica, a grande maioria dos homens que lutaram nas fronteiras navarras eram mesmo navarros e aragoneses³⁴. E se Aragão, como outros reinos espanhóis, havia relutado em contribuir com a movimentação para a guerra em outros territórios, a chegada do conflito a suas fronteiras obrigou esse reino não apenas a mobilizar homens e recursos, mas também a servir de guarnição para as tropas dos Habsburgo. Uma situação que causou ainda mais desgaste onde as finanças já estavam bastante desgastadas, e que criou tensões internas tais na sociedade espanhola que levaria a Coroa a tentar revitalizar a função bélica da nobreza; uma função já bem enfraquecida em Castela³⁵.

Por tudo isso, o cerco que as forças de Luis XIII impuseram a Fuenterrabía em 1638 foi um dos marcos principais da *Guerra dos Trinta Anos* na Espanha, tanto por levar a guerra para dentro dos reinos espanhóis, quanto pelo fato de que, até então, também os navarros haviam hesitado em se unir à luta contra os franceses³⁶. Só quando o castelo dessa cidade, peça fundamental na linha de defesa do reino, foi cercado pelos vinte mil homens enviados por Condé, o Vice-Rei de Navarra foi finalmente capaz de convencer as elites locais a colaborar³⁷.

E foi quando esse Vice-Rei iniciou a convocação para as tropas que deveriam levantar o cerco ao castelo que nosso personagem, Jorge Lopes Brandão, se viu envolvido nos conflitos. Então já na Espanha, ele solicitou ao rei que lhe permitisse se unir aos fidalgos portugueses que lutavam em Navarra. A Coroa, que se via as voltas com a relutância de sua própria nobreza em combater, aceitou seu pedido, demonstrando boa receptividade para com seus vassalos estrangeiros, principalmente quando estes eram *práticos* de guerra. Assim, não muito tempo após ter abandonado a Paraíba, e apenas três anos após a queda do Arraial Velho do Bom Jesus, esse senhor de engenho lutava ao lado da nobreza navarra contra os franceses nas fronteiras espanholas. Mas não pararia por aí, já que pouco depois estaria entre os fidalgos portugueses recrutados

³⁴ RODRIGUEZ GARRAZA, R. Navarra y la Administración Central (1637-1648). *Cuadernos de Historia Moderna*, n. 11, pp. 149-176. Madrid: Edit. Univer. Complutense.

³⁵ COLAS LATORRE, Gregorio. Los Valles Pirenaicos Aragoneses y Su Colaboración con la Monarquía en la Defensa de la Frontera (1635-1643). *Argensola: Revista de Ciencias Sociales del Instituto de Estudios Altoaragoneses*. N° 85, 1978, pp. 5-24, p.06-07; HERNÁNDEZ FRANCO; MOLINA PUCHE, op. Cit., p. 112-113.

³⁶ HERNÁNDEZ FRANCO; MOLINA PUCHE, op. Cit., p. 112.

³⁷ USUNÁRIZ GARAYOA, Jesús M. Soldados, sociedad y política en un reino de frontera: Navarra siglos XVI y XVII. *Iura Vasconiae*. 4/2007, 285-325.

para atuarem na repressão à revolta catalã, para a qual teria, inclusive, contribuído com recursos próprios³⁸.

Essa trajetória fala das possibilidades e formas pelas quais os senhores do açúcar poderiam ser aceitos pela Coroa espanhola: sua apresentação nos documentos do Conselho como “cavaleiro português” sugere que os *mazombos* chegavam à corte espanhola inseridos entre os números da nobreza portuguesa. Uma sugestão corroborada pela trajetória espanhola de outras famílias originárias de Pernambuco, como os Albuquerque Coelho³⁹. Nesse sentido, talvez Jorge Lopes Brandão fosse mais identificado pela Coroa espanhola como um pequeno fidalgo português do que como integrante de uma elite colonial. De fato, por ocasião da rebelião da Catalunha ele portava o título de Moço Fidalgo da Casa Real portuguesa, que então ainda era reclamada por Felipe IV⁴⁰.

Por outro lado, sua folha de serviço de doze anos atuando como capitão de Infantaria e de Cavalos no Brasil – que inclusive lhe valera uma nomeação para governador do Maranhão, que nunca assumira devido à queda de Pernambuco –, além do serviço em Navarra e na Catalunha, permitem sua identificação enquanto um *prático* de guerra; um tipo constantemente requisitado pela Coroa espanhola. As reiteradas recomendações feitas a seu favor pela Coroa aos comandantes espanhóis em Navarra estavam bem de acordo com a política da Monarquia Católica de assimilação dos *práticos* de guerra portugueses. Essa circunstância não era uma novidade e também Portugal pós-restauração faria uso de *práticos de guerra* com experiência nos intermináveis conflitos do Império Habsburgo; personagens como Matias de Albuquerque e Vasco de Mascarenhas⁴¹. E também não era sem precedentes que senhores *mazombos* fossem recomendados para ir servir no reino: o próprio Matias de Albuquerque já fizera essa recomendação a Felipe IV, e no pós-restauração também Francisco de Brito Freyre, governador de Pernambuco, a repetiria a D. João IV⁴². Lopes Brandão é um exemplo de que essas recomendações foram, de fato, levadas a sério pela Coroa habsburga.

³⁸ *Para el Secretario Juan Baptista Saens Navarrette*. Archivo General de Simancas (AGS), Secretarías Provinciales, Libro 1528, hoja 01-01v.

³⁹ DUTRA, Francis. Notas sobre a Vida e Morte de Jorge de Albuquerque Coelho e a Tutela de seus filhos. *Separata da Studia – Revista Semestral*. Lisboa, N. 37, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, dezembro de 1973, p. 265-267.

⁴⁰ *Para el Secretario Juan Baptista Saens Navarrette*. Archivo General de Simancas (AGS), Secretarías Provinciales, Libro 1528, hoja 01-01v.

⁴¹ BEBIANO, Rui Bebião. Literatura Militar da Restauração. *Penélope*, Lisboa, n 9/10, 1993, pp 83-98.

⁴² SILVA, Kalina Vanderlei. *O Miserável Soldo & a Boa Ordem da Sociedade Colonial –*

De forma geral, se não é possível olharmos Jorge Lopes Brandão, em suas andanças pela Espanha, como retrato da grande maioria dos senhores do açúcar nos Seiscentos, também não devemos pensá-lo como um caso único, pois se Gruzinski já ressaltou os muitos trânsitos dentro dos territórios da Monarquia Católica, inclusive partindo das colônias para a Espanha e não apenas em sentido contrário, enfatizando os muitos *criollos* que saíam da América para a Corte “para realizar estudos, prosequir su carrera o publicar libros”⁴³, a mesma situação também já era familiar ao mundo do açúcar antes de Brandão: Ronald Raminelli, por exemplo, estudou o caso do senhor de engenho Gabriel Soares de Souza que saiu do Brasil para a corte madrileña em busca de mercês e que terminou, no processo, por escrever um tratado; e outros casos podem ser encontrados na documentação estudada por Angel Marcos Dios, como Bernadino Pessoa de Almeida, filho de senhor de engenho, que saiu das capitanias do norte do Estado do Brasil para estudar medicina em Salamanca, e que mais tarde voltaria para sua região natal⁴⁴.

Considerações finais

Tanto D. Bartolomé de Mendoza e sua família quanto Jorge Lopes Brandão nos aparecem, assim, como casos ilustrativos de toda uma rede de interações entre os senhores de engenho que compunham a elite açucareira das capitanias do norte do Estado do Brasil e a Corte habsburga da Monarquia Católica no século XVII. Rede que, para além da circulação de personagens, incluía a circulação de ideias e notícias também de forma intensa no período, como aponta a correspondência entre Manuel Severim de Farias e Frei Vicente de Salvador⁴⁵.

Por outro lado, é preciso considerar que o cenário de guerra contra as forças da WIC no mundo do açúcar impulsionou essa circulação, não apenas por promover o trânsito de soldados e oficiais, em tropas que incluíam castelhanos e napolitanos além dos portugueses, mas por

Militarização e Marginalidade na Capitania de Pernambuco nos Séculos XVII e XVIII. Recife: FFCR, 2001.p. 87.

⁴³ GRUZINSKI. *Las Cuatro Partes del Mundo*. Op. Cit.

⁴⁴ RAMINELLI, Ronald Raminelli. *Viagens Ultramarinas – Monarcas, Vassalos e Governo a Distância*. São Paulo: Alameda, 2008. P. 58; DIOS, Angel Marcos de. Estudantes de Brasil en La Universidad de Salamanca durante los siglos XVI y XVII. *Separata da Revista de História*. São Paulo, Nº 105, 1976. Pp. 215-229.

⁴⁵ Acerca da circulação de notícias desta guerra ver: MEGIANI, Ana Paula Torres. “Das palavras e das coisas curiosas: correspondência e escrita na coleção de notícias de Manuel Severim de Faria”, *Rev. Topoi* (Rio de Janeiro), v. 8, p. 24-47, 2007.

fomentar a própria troca de informações, em cartas, relatórios, memoriais. Além disso, a aceitação dos senhores de engenho nas fileiras da fidalguia luso-espanhola habsburga, de qualquer ângulo observado, aparece sempre associada à prestação de serviços militares, tanto na América quanto no reino. Uma situação bem de acordo com as políticas espanholas seiscentistas, constantemente pressionadas pela crescente necessidade de práticos de guerra e de tropas para as guerras no império, que intensifica o processo de concessão de mercês afidalgantes por serviços militares prestados. E aqui os estudos dos senhores de engenho dentro do contexto da Monarquia Católica se beneficiam da ampla historiografia que hoje vem se debruçando sobre as questões relativas à fidalguia e afidalgamento das elites coloniais, assim como da natureza das remunerações dos serviços prestados por esses senhores, e que não poucas vezes tomavam a forma da concessão de hábitos de ordens militares: principalmente os trabalhos de Maria Fernanda Bicalho, João Fragoso, Luciano Figueiredo, Ronald Raminelli e Thiago Krause⁴⁶.

A observação desses personagens levanta ainda questões sobre os próprios limites da nobreza ibérica e a ampliação de seus quadros com as afidalgadas elites senhoriais coloniais. Uma questão que transparece também, por exemplo, na trajetória da família Albuquerque Coelho, de donatários de Pernambuco, que em sua terceira geração já possuía fortes laços com os *grandes* de Espanha.⁴⁷

Assim, a observação desses senhores de engenho luso-americanos dentro do contexto da Monarquia Católica, e inseridos nas questões e conflitos dos Habsburgo de Espanha e no processo de transformação social sofrido pela nobreza ibérica nos Seiscentos, nos leva a interpretar

⁴⁶ FRAGOSO, João Fragoso. A Formação da Economia Colonial no Rio de Janeiro e de sua Primeira Elite Senhorial (séculos XVI e XVII), in João Fragoso; Maria Fernanda Bicalho; Maria de Fátima Gouvêa (orgs.), *O Antigo Regime nos Trópicos: A Dinâmica Imperial Portuguesa (séculos XVI-XVIII)*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, pp. 29-71, p. 43-47; RAMINELLI, Ronald. Serviços e Mercês de Vassallos da América Portuguesa. *Historia y Sociedad. Revista de la Escuela de Historia de la Facultad de Ciencias Humanas y Económicas de la Universidad Nacional de Colombia*, v. 12, p. 107-131, 2006; FIGUEIREDO, Luciano. Tensões e rebeliões: a nobreza da terra à sombra do Novo Mundo. In: *Actas do Congresso Internacional Pequena Nobreza nos Impérios Ibéricos de Antigo Regime*, Edição digital. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical Centro de História de Além-Mar, 2012. v. 1. p. 1-9; BICALHO, Maria Fernanda. *As Câmaras Municipais no Império Português: O Exemplo do Rio de Janeiro*. *Revista Brasileira de História*. vol. 18, n. 36, São Paulo, 1998; BICALHO, Maria Fernanda. Redesenhando fronteiras, ampliando jurisdições: O Rio de Janeiro no período filipino. In: *Anais do XXVII simpósio nacional de História*. Natal: Anpuh, 2013. v. 1; KRAUSE, Thiago N., *Em Busca da Honra: A Remuneração dos Serviços da Guerra Holandesa e os Hábitos das Ordens Militares (Bahia e Pernambuco, 1641-1683)*, Dissertação, UFF, 2010.

⁴⁷ DUTRA. Op. Cit.

as estruturas sociais, culturais e políticas da América portuguesa sobre todo um novo ângulo. E esse ângulo de observação se faz necessário para que possamos reconstruir esse período tão pouco conhecido da história colonial da América portuguesa, redesenhando todo um novo retrato para a América portuguesa filipina.

Recebido em: 4 de agosto de 2014
Aprovado em: 9 de outubro de 2014